BASE XXXVIII

(Contribuição para o Fundo de Fomento Mineiro)

1. A sociedade obriga-se a dotar o Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino, a partir do termo do segundo ano da vigência do contrato, com a importância de 1 milhão de escudos anuais, a pagar adiantadamente durante os primeiros três meses de cada ano contratual.

2. A dotação respeitante ao primeiro ano contratual será de 350 000\$ e será liquidada até noventa dias após a assinatura do contrato.

3. A dotação respeitante ao segundo ano contratual será de 700 000\$ e será paga pela mesma forma.

4. A sociedade poderá fazer contribuições voluntárias adicionais para o Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino, com indicação expressa do objectivo a patrocinar.

BASE XXXIX

(Ajustamento do valor de compra do escudo)

As quantias fixas, rendas, investimentos, multas, contribuição para o Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino e outras que porventura existam segundo o contrato de concessão e devam ser pagas pela sociedade deverão ser equitativamente ajustadas em caso de variação do valor de compra do escudo que ultrapasse 20 por cento do seu valor actual segundo os índices do custo de vida do Banco de Portugal ou do Instituto Nacional de Estatística.

BASE XL

(Garantia bancária)

A garantia bancária de 7500 milhares de escudos, prestada pela sociedade como suporte da obrigação de cumprimento do contrato, será reduzida de 50 por cento quando a sociedade provar ter despendido em trabalhos de prospecção e pesquisa a quantia de 4 milhões de escudos; a garantia bancária será extinta quando a sociedade provar ter despendido em operações de prospecção e pesquisa mais de 6 milhões de escudos. Esta redução e subsequente extinção da garantia bancária só se efectivarão quando a sociedade tenha cumprido todos os planos de trabalho a que se obrigou até à respectiva data.

Ministério do Ultramar, 4 de Junho de 1969. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

MINISTÉRIOS DO ULTRAMAR E DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto-Lei n.º 49 072

Considerando que as especiais dificuldades que se deparam no recrutamento de pessoal docente para o ensino secundário nas províncias ultramarinas aconselham a que nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques passe a ministrar-se o ensino da parte geral das licenciaturas em Filologia Românica, História e Geografia, a que corresponde o grau de bacharel;

Considerando que, extintas as categorias de professores adjuntos do 8.º e do 11.º grupos do ensino profissional, deixam de ter justificação os cursos organizados pelo Decreto n.º 37 087, de 6 de Outubro de 1948;

Considerando que a instituição de novos cursos nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques impõe-se altere a constituição dos respectivos senados;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Passa a ser professada nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques a parte geral das licenciaturas em Filologia Românica, História e Geografia, a que corresponde o grau de bacharel.

Art. 2.º São extintos nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Luanda e Lourenço Marques os cursos de preparação de professores adjuntos do 8.º e do 11.º grupos do ensino profissional.

§ único. Os alunos que frequentarem os cursos do 8.º e do 11.º grupos do ensino profissional poderão concluir esses cursos de harmonia com a legislação em vigor à data do presente diploma ou ingressar na parte geral, respectivamente, das licenciaturas em Filologia Românica e Geografia, mediante planos a estabelecer pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, sob proposta das Universidades.

Art. 3.º Os senados das Universidades de Luanda e de Lourenço Marques passam a ser constituídos:

- a) Pelo reitor, que é presidente nato;
- b) Pelo vice-reitor;
- c) Pelo director dos cursos de Filologia Românica, História, Geografia e Ciências Pedagógicas;
- d) Pelo director do curso médico-cirúrgico;
- e) Pelo director dos cursos de Matemática, Física, Química, Geologia e Biologia;
- f) Pelo director dos cursos de Engenharia Civil, de Minas, Mecânica, Electrotécnica e Químico-Industrial;
- g) Pelo director dos cursos de Agronomia e Silvicultura;
- h) Pelo director do curso de Medicina Veterinária;
- i) Por um delegado dos professores catedráticos de cada um dos grupos de cursos referidos nas alíneas c) a i);
- j) Por um representante dos professores extraordinários, encarregados de curso e incumbidos de regência da Universidade;
- k) Por um representante dos assistentes da Universidade.

§ único. Na falta de professores catedráticos, os vogais referidos na alínea i) serão eleitos de entre os elementos docentes mais categorizados do respectivo grupo de cursos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *José Hermano Saraiva*.

Promulgado em 4 de Junho de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 20 de Junho de 1969. — **AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ**.

Para ser publicado nos *Boletins Oficiais* de Angola e Moçambique. — *J. da Silva Cunha*.